

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.475.465 - MG (2019/0085526-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : HELIANE GUIMARÃES E OUTRO(S) - MG085816B
PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JUNIOR - MG171198
AGRAVADO : VINICIUS ROCHA LIMA
ADVOGADO : RAFAEL VILHENA DUTRA - MG112593N

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., o recolhimento das custas devidas ao STJ foi realizado em desacordo com o disposto na Resolução do STJ vigente à época da interposição do recurso, a qual dispõe que, nos processos recursais, o campo "Processo na Origem" da GRU deverá ser preenchido com o número do processo no tribunal de origem.

De fato, a parte fez a indicação errônea do "Processo na Origem" na guia de recolhimento das custas devidas ao STJ juntada aos autos, uma vez que o número utilizado é totalmente dissociado dos existentes na origem.

Este Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento no sentido de que a irregularidade no preenchimento das guias do preparo - consistente na indicação errônea do processo na origem -, no ato da interposição do recurso especial, caracteriza a sua deserção.

Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 970.275/PR, Rel. Ministro Lázaro Guimarães (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª

REGIÃO), Quarta Turma, DJe de 26/02/2018; AgInt no REsp 1620424/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; e AgInt no AREsp 1056629/AM, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 06/09/2017.

Outrossim, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do recurso especial, Dr. Felipe Ribeiro Lobato.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Não fosse isso, a assinatura do subscritor da petição de agravo em recurso especial não está seguida de identificação, sendo, portanto, impossível saber o nome do causídico que a subscreveu e aferir se ele possui procuração nos autos (AgRg no Ag n. 992.055/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 30/4/2008).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual, no recolhimento do preparo, e também, na identificação do advogado subscritor da petição de agravo em recurso especial.

A parte, embora regularmente intimada para sanar referidos vícios, não regularizou, tendo em vista que as procurações e os substabelecimentos, juntados à petição de fls. 178/203, não foram suficientes para completar a cadeia de representação outorgando poderes ao subscritor do recurso. Na referida petição também não constam a guia e o comprovante de recolhimento das custas, assim como a mesma não regularizou a identificação do subscritor do agravo em recurso especial.

Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente regularizado e preparado, incidindo, na espécie, o disposto nas Súmulas n.º 115 e n.º 187 deste Tribunal.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

